156

RESENHA

PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO DE
CAXIAS DO SUL

Rafael Corteletti.
Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2008. 199p. ISBN 9788589344456.

Resenha por Francisco Silva Noelli, Prof. Aposentado da Universidade Estadual
de Maringá, Paraná.

Qual o destino dos sítios arqueológicos quando uma pesquisa é concluída no Brasil? Poucos entre milhares passaram efetivamente a ser preservados e transformados em tema de amplo (re)conhecimento público e pesquisa continuada. O esquecimento e o abandono foi o destino da maioria. A destruição, total ou parcial, pelos mais diversos meios, também foi o que aconteceu com uma quantidade desconhecida de sítios arqueológicos país afora. Todavia, existe uma parcela da comunidade de arqueólogos brasileiros – acadêmicos, funcionários do IPHAN e de outros órgãos públicos, de ONGs e do setor privado –, buscando alternativas para solucionar a destruição do patrimônio arqueológico no Brasil, uma tarefa gigantesca.

O consenso internacional indica que a principal solução é a publicação dos dados de pesquisa e do sítio arqueológico e a programação de ações que ativem a atuação da sociedade civil organizada em programas como a AGENDA 21. É o meio mais próximo da transparência e da ética aliadas com a ciência, como ferramenta de trabalho da gestão do patrimônio arqueológico. Junto com elas, a construção de relações simétricas em nível local, envolvendo as comunidades, os pesquisadores, o IPHAN, o Ministério Público e os três níveis de Poder Executivo, para tomar decisões sobre o destino dos sítios arqueológicos.

O livro de Rafael Corteletti é um exemplo relevante, que merece ser seguido quando se trata de sítios arqueológicos. Especialmente quando apresenta a localização e o estado de conservação, relatando temas científicos com linguagem despida de jargões, cumprindo o objetivo de atrair e informar o público não acadêmico. Sua abordagem mostra o que aconteceu com os sítios ao longo de 40 anos, desde os primeiros trabalhos de Fernando La Salvia e

Pedro Inácio Schmitz em 1966, até Corteletti e seus colegas retornarem em 1999, 2000 e 2006.

Os sítios são apresentados individualmente, através de um memorial descritivo das evidências arqueológicas, principalmente das estruturas subterrâneas, dos abrigos sob rocha e dos montículos, da sua quantidade e dimensões, do seu estado de conservação e da distância de outros sítios. A maioria dos cadastros de 1966 finalmente recebeu sua coordenada geográfica. Todos os dados quantitativos aparecem em diversas tabelas e gráficos. Várias fotos mostram aspectos dos sítios e das pesquisas em 1966 e 1999-2000, 2006. Diversos mapas contextualizam a área piloto da pesquisa, muitos deles vêm acompanhados de tabelas e gráficos de diversas informações, desde a relação entre sítio e proprietário atual do terreno, até a relação entre índices de preservação e destruição. Croquis dos sítios também ilustram o livro e mostram aspectos espaciais das estruturas. Desenhos em perspectiva e fotos panorâmicas mostram a inserção dos sítios. Algumas fotos mostram o estado atual dos sítios, inclusive de um aproveitado como lixeira (foto 27). Tabelas com as datações informam sobre a cronologia da ocupação regional. Também foram realizadas diversas análises comparadas sobre as estruturas subterrâneas.

Corteletti complementa a descrição da inserção dos sítios com várias informações sobre o contexto ambiental da área piloto. Com o objetivo de relatar os processos de transformação da paisagem e dos seus impactos sobre os sítios, sobretudo o desmatamento, apresenta um capítulo sobre o processo de ocupação européia da região da pesquisa, a partir do século 18, com a distribuição de sesmarias pelo governo colonial aos “lusitanos” e seus escravos. Depois trata da instalação de imigrantes, principalmen-

te, italianos. É uma parte importante, pois mostra com clareza como as serrarias, lavouras e a implantação da malha urbana e das vias públicas, afetaram os sítios arqueológicos. O autor mostra qual foi a relação dos italianos, dos lusos e descendentes com a preservação/destruição dos sítios, em função dos tipos de exploração econômica. Nas terras dos italianos 19% estão preservados e 35% alterados, enquanto que os lusos preservaram 36% e alteraram 46%, e Corteletti ressalta que seu objetivo não é “condenar ou isentar quem quer que seja”, mas verificar os efeitos dos modelos de colonização sobre a degradação dos sítios arqueológicos. Com efeito, o balanço geral é alarmante: 39,5% dos sítios foram destruídos e 37,5% estão seriamente ameaçados. O patrimônio arqueológico registrado da região de Caxias do Sul está por um fio e o livro é um diagnóstico que precisa ser debatido, para decidir qual o destino dos sítios restantes.

Outro aspecto que o livro revela, que de certa forma ocorre desde a pesquisa de 1966, é a relação positiva dos pesquisadores com a comunidade. Por todo o livro, especialmente quando os sítios são descritos, a comunidade aparece representada por diversos personagens, a maioria interessada em colaborar com a pesquisa. O autor faz um balanço sobre o problema da destruição e reflete sobre a necessidade de “vestir a camiseta” da preservação e da busca de alternativas.

Por fim, algumas palavras a respeito da interpretação dos dados de Caxias do Sul como tradição arqueológica. Trata-se do calcanhar de Aquiles da arqueologia brasileira, que não é exclusivo de Corteletti, que se posicionou assim nas conclusões sobre os sítios arqueológicos: “O que se sabe, de concreto, é a ligação com o Tronco Jê. Daí em diante, surge uma série de especulações e hipóteses que tentam atrelar os construtores do planalto com as populações Kaingang”. Corteletti sugere de for-

ma acertada, que o estabelecimento de uma relação de continuidade entre os contextos arqueológicos e históricos “deve ser uma obsessão”. Porém, como autor de trabalhos dedicados a revisar as interpretações dos arqueólogos sobre o caso dos Jê do sul, publicados antes de 2008, não posso concordar com a afirmação de que o estado da arte esteja apenas em nível de “especulação e hipóteses”. Primeiro, Corteletti ignora solenemente análises dedicadas “obsessivamente” a examinar os problemas de pesquisa das Tradições Taquara e Itararé, especialmente da minha avaliação detalhada sobre todas as interpretações arqueológicas que trataram da continuidade entre essas tradições e os Jê do sul. Segundo, ele preferiu seguir a linha do PRONAPA, que não teve por objetivo examinar o tema da continuidade e passou os últimos 40 anos sem refletir sobre os processos da longa duração dos Jê do sul, problemática que eu também analisei com cuidado e de modo muito circunstanciado. Terceiro, ao seguir essa linha também deixou de lado uma série de historiadores, antropólogos e lingüistas que publicaram estudos que contextualizam de forma cabal a presença dos Jê do sul, especialmente dos Kaingang, em todos os territórios onde são encontradas estruturas subterrâneas. Quarto, quando trata da ocupação do sul do Brasil pelos Jê, Corteletti escreveu que “acredita-se numa possível ligação com povos da chamada Tradição Una”. Novamente desconheceu a detalhada análise que publiquei sobre o processo de ocupação do sul do Brasil, comparando estudos de lingüistas e arqueólogos. Também não citou a tese de José Brochado, autor da mais ampla e detalhada pesquisa sobre as relações entre as cerâmicas da Tradição Una e das Tradições Itararé e Taquara.

Corteletti não é obrigado a citar as minhas publicações ou a tese de Brochado. Todavia, como ele se apresentou a um campo científico composto de várias perspecti-

vas e linhas de pesquisa, deveria no mínimo ter justificado uma razão para não concordar ou não considerar nossas abordagens e conclusões. Especialmente a famosa tese de Brochado, um divisor de águas da arqueologia brasileira. Talvez seja por causa da linha de pesquisa da instituição onde Corteletti fez seu mestrado, origem do livro, o Instituto Anchietao de Pesquisas da UNISINOS, que mantém basicamente a mesma posição desde o final da década de 1960, centrada na catalogação e descrição. A análise e a interpretação movida por problemas da teoria arqueológica e antropológica não está presente, na espinha dorsal dos inúmeros e importantes projetos conduzidos pelo Anchietao. O fato é que a interpretação de dados tão bem coletados perdeu espaço neste relevante livro, cujo maior mérito é oferecer informações úteis e decisivas para a gestão do patrimônio arqueológico.

Finalmente, o título do livro destoa dos debates contemporâneos sobre patrimônio cultural. Tem sido cada vez mais freqüente que arqueólogos, no Brasil, intitulem seus livros, pomposamente, como patrimônio arqueológico de tal ou qual região. Contudo, o que notabiliza o debate contemporâneo internacional é a definição de patrimônio como categoria de pensamento e ação política, e não como um dado em si, a depender

exclusivamente de um cientista – ou de um arqueólogo e sua equipe – para conceituá-lo e protegê-lo. Patrimônio cultural, na acepção contemporânea, é uma categoria que envolve, por um lado, o conjunto de representações culturais dos diversos grupos sociais de um contexto dado, considerando-se, inclusive, os próprios arqueólogos, cujas noções e definições nunca estão isentas de políticas e critérios culturais sobre a paisagem; de outro, instituições variadas, como as comunidades científicas, ONGs, universidades, comunidades locais e os dispositivos da legislação. Os arqueólogos brasileiros, no geral, passam, lamentavelmente, ao largo dessa definição mais ampla e informada sobre patrimônio arqueológico. O livro de Corteletti não é exceção. Uma coisa é estudar para delinear políticas de proteção aos sítios arqueológicos, função muito bem realizada por Corteletti; outra, muito distinta, é, de saída, definir o conjunto de sítios de uma região como patrimônio, desconsiderando-se a riqueza e sofisticação contemporâneas dos debates sobre patrimônio cultural. Ainda assim, os agentes dos órgãos públicos, os arqueólogos e a sociedade civil organizada, dispõem no livro de Corteletti, de um diagnóstico efetivo para definir suas pautas de trabalho em defesa dos sítios arqueológicos da região de Caxias do Sul.